

Possíveis Aplicações da Técnica de *Role-Play* no Atendimento a Famílias Adotantes

William Macedo Fiuza¹

Cristina Lhullier²

Resumo

Famílias adotantes estão em evidência nos contextos midiático e científico, havendo necessidade de atenção da psicologia para estes sujeitos. A terapia cognitivo-comportamental pode ser aplicada em diferentes situações, sendo uma abordagem de intervenção possível nas demandas dessas famílias. Utiliza-se de um conjunto de técnicas de intervenção diversificado, entre elas, a técnica de role-play, que consiste na dramatização de situações do cotidiano com fins terapêuticos. O objetivo deste estudo foi descrever as possíveis aplicações da técnica de role-play no atendimento a famílias adotantes. Optou-se por uma pesquisa qualitativa exploratória descritiva de caráter bibliográfico. Os dados coletados foram registrados em fichas de catalogação e analisados por meio da síntese integradora. Constatou-se a possibilidade do uso da técnica de role-play em diferentes momentos do processo de adoção, auxiliando na construção e aprendizagem de estratégias adaptativas no enfrentamento das demandas de pais, filhos e profissionais. Sugerem-se novos estudos, explorando possibilidades dessa técnica.

Palavras-chave: famílias adotantes; técnica de role-play.

Applications of role-play technique in adoptive families counseling

Abstract

Adoptive families are in evidence in the media and scientific contexts, requiring psychologist's attention. Cognitive behavioral therapy can be applied in different situations, being utilized as a support to the adoptive families. Among its diversified intervention techniques, is the role-play, which consists in the dramatization of daily situations with therapeutic purposes. The aim of this study was to describe possible applications of the role-play technique with adoptive families. It was designed as a bibliographic descriptive exploratory qualitative research. The data were registered in cataloging sheets and analyzed through integrative synthesis. The possibility of using the role-play technique in different moments of the adoption process was verified, assisting in the construction and learning of adaptive coping strategies

¹ Psicólogo clínico, graduado na Universidade de Caxias do Sul; especializando em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Instituto Catarinense de Terapias Cognitivas.

² Professora Doutora em Ciências: Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, Professora do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, Membro do Grupo de Trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

of parents, children and professionals. Further studies are suggested, exploring possibilities of this technique.

Keywords: *adoptive families; role-play technique.*

Em agosto de 2012, haviam 28.151 pretendentes registrados no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Desses, 75,5% não possuem filhos biológicos e o registro de faixa etária dos candidatos à adoção correspondia à: 2,3% entre 18 e 29 anos, 27,9% entre 30 e 39 anos, 40,8% entre 40 e 49 anos, 14,6% entre 50 e 59 anos, 8,5% acima de 60 anos e 6% sem registros. No que se refere ao estado civil dos pretendentes, foram encontradas as seguintes estatísticas: 9,0% em união estável, 79,1% casados, 0,7% separados judicialmente, 0,8% viúvos, 8,6% solteiros e 1,8% divorciados. Nos últimos quatro grupos citados, 80% dos sujeitos são do sexo feminino (Conselho Nacional de Justiça, 2013).

No que diz respeito às 5.465 crianças registradas no CNA, 56,41% são do sexo masculino e 64% não possuem irmãos biológicos. As faixas etárias correspondem à 4,15% de 0 a 3 anos, 6,29% de 4 a 6 anos, 12,21% de 7 a 9 anos e 77,31% acima de 10 anos. Os principais motivos, registrados, das crianças estarem em adoção são: negligência na família (37,6%), pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas (20,1%), abandono (19%), ameaça de morte (12%), violência física doméstica (10,8%) e situação de rua (10%) (Senado Federal, maio 2013).

Esses dados apresentam os sujeitos envolvidos no processo de adoção. Porém, é preciso levar em conta que esse processo vem sendo repensado (Senado Federal, maio 2013). Nesse sentido, novos estudos poderão sustentar práticas profissionais que se alinhem às demandas atuais dessa temática (Meurer & Menegatti, 2013).

Pode-se perceber demandas nas famílias adotantes, derivadas não necessariamente da adoção em si, mas da forma pela qual os sujeitos lidam com o vínculo adotivo. Por isso, ressaltar-se importância de uma família com capacidade de acolher, compreender, tolerar e se doar (Pinto & Picon, 2009; Weber, 2001). Um bom acolhimento da família adotante terá o bem-estar do adotado como consequência (Rocha & Freitas, 2011). Mais ainda, cuidado e proteção são fatores essenciais em qualquer tipo de dinâmica familiar (Líbio & Zacharias, 2017).

A psicologia deve ter um olhar para a família adotante. Outros membros da família, além do adotado, podem apresentar temores, dificuldades, anseios, readaptações e diversos sentimentos acerca do processo de adoção. Há a necessidade de mais estudos brasileiros voltados à construção da parentalidade adotiva (Bueno, Vieira, & Crepaldi, 2016; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Reppold & Hutz, 2003).

Famílias adotantes podem apresentar dificuldades na relação com o adotado, no que se refere a explicar sua condição e história anterior, lidar com ameaças de abandono, responder perguntas persistentes sobre sua origem e, lidar com a recusa da criança ou adolescente em falar sobre o assunto (Rocha & Freitas, 2011). Isto pode estar relacionado ao fato de que, muitas vezes, a adoção é compreendida por essas famílias como causa exclusiva de comportamentos prejudiciais, como agressividade e dificuldades escolares (Rocha & Freitas, 2011; Weber, 2001).

A desinformação da população acerca da realidade das famílias adotivas sustenta a manutenção de crenças e percepções errôneas sobre o tema. Isto acontece tanto no senso comum, como em diversas áreas da ciência (Costa & Rosseti-Ferreira, 2007; Pinto & Picon, 2009; Rocha & Freitas, 2011; Weber, 2001), necessitando tempo e reflexão para que essas sejam desconstruídas (Arpini, Cúnico & Alves, 2016). O processo de adoção, para além da vinculação e adaptação na dinâmica familiar dos envolvidos, também tem reflexos na sociedade como um todo (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Rocha & Freitas, 2011). A dinâmica das famílias adotantes irá, conseqüentemente, expandir as crenças e as percepções acerca da adoção, nos convívios educacionais, profissionais e sociais (Weber, 2001).

Ao levar em conta a diversidade de configurações familiares existentes na atualidade (Líbio & Zacarias, 2017), as investigações da psicologia precisam se aprofundar nos fenômenos ligados à adoção e às famílias adotantes, visando compreendê-los sob diferentes perspectivas (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Pinto & Picon, 2009; Reppold & Hutz, 2003; Valério & Lyra, 2014). Uma das perspectivas possíveis é a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) (Pinto & Picon, 2009).

De modo geral, o modelo cognitivo entende que nenhum sujeito consegue perceber a realidade em sua totalidade. Cada indivíduo possui uma representação mental própria acerca de tudo que o cerca e o significado dessas representações advém de suas experiências prévias, temperamento, figuras de referência, entre outros fatores biopsicossociais. Buscando proporcionar economia mental, acaba-se reduzindo e distorcendo a percepção dos acontecimentos que são vivenciados. Com isso, formam-se esquemas mentais, ou seja, um entendimento sobre o mundo a nossa volta (Beck, 2013; Knapp & Beck, 2008).

Tais esquemas influenciam a forma de pensar, avaliar situações, agir e sentir (Beck, 2013; Hermolin, Rangé & Porto, 2000). Portanto, as representações existentes acerca da adoção irão influenciar a forma com que as pessoas lidam com a temática (Pinto & Picon, 2009; Weber, 2001). Dependendo da natureza de tais representações, podem trazer conseqüências negativas para a família adotante/adotiva e para o adotando/adotado (Pinto & Picon, 2009). Essas podem ser abordadas por meio das técnicas utilizadas na TCC. Entre elas, encontra-se a técnica de *role-play* (Beck, 2013; Knapp & Beck, 2008).

A técnica de *role-play*, também conhecida como dramatização, possui ampla variedade de objetivos, tais como: trazer à tona pensamentos automáticos, desenvolver a aprendizagem e a prática de habilidades sociais, trabalhar respostas adaptativas e reestruturar crenças intermediárias e centrais (Beck, 2013). Isso acontece com simulações de vivências, inversão de papéis e outros modos de interação, explorando e discutindo as cenas vivenciadas (Minuchin & Fishman, 2003). Os indivíduos são orientados e estimulados a desenvolver em situações reais do cotidiano o que constituíram nas práticas de *role-play* (Knapp & Beck, 2008).

É importante rever e ampliar as formas de intervenção da TCC (Knapp & Beck, 2008), em especial no que se refere ao atendimento em grupo (Neufeld, 2011) e à terapia familiar (Dattilio, 2011). Com isso, é possível pensar que, quanto mais estudos forem realizados sobre diferentes formas de intervenção, maior será o entendimento das possibilidades nesse campo. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi descrever as possíveis aplicações da técnica de *role-play* no atendimento a famílias

adotantes. A partir disso, articulou-se os possíveis ganhos, prejuízos e dificuldades do uso da técnica nesse contexto.

Método

O delineamento configurou-se como qualitativo exploratório-descritivo (Flick, 2004b). Foi realizada uma amostragem teórica, buscando compreender os elementos mais frequentes encontrados nas buscas por dados (Flick, 2004a). As fontes utilizadas foram 26 artigos, cinco livros, duas leis e uma revista do tipo magazine.

O período de busca das fontes, visando obter dados sobre adoção antes e após a promulgação da lei da adoção brasileira em 2009, foi de 1990, data da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), à 2015, ano em que a pesquisa foi realizada. Buscando abarcar a origem da técnica de role-play, foi preciso inserir um artigo publicado ao final da década de 1970 (Bellack, Hersen & Lamparski, 1979).

As bases de dados consultadas para a busca de artigos científicos foram a PsycINFO, a Biblioteca Virtual em Saúde em Psicologia (BVS-PSI), que hospeda outras bases de dados como o Lilacs e o Scientific Electronic Library Online (SCIELO), e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores usados foram: adoção, famílias adotantes, pais adotivos, terapia cognitivo comportamental, role-play e dramatização e seus equivalentes em língua inglesa. Além disso, foram utilizados operadores booleanos para alinhar os termos de busca, tentando averiguar se já existiam estudos de famílias adotantes e role-play, bem como para que os artigos científicos referentes à técnica fossem sob o viés da TCC e terapias afins, como, por exemplo, a terapia familiar estrutural abordada por Minuchin e Fishman (2003), a qual trabalha estruturas, padrões de comportamento e de afeto nas famílias.

Já os livros foram buscados no acervo pessoal dos pesquisadores e no acervo da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul (BICE-UCS), utilizando os mesmos descritores da busca de artigos científicos.

Também se pesquisaram informações da legislação brasileira referente à adoção, consultadas nos sites da Presidência da República (<http://www2.planalto.gov.br>) e do Senado Federal (<http://www12.senado.gov.br>).

Visando à organização, classificação e compreensão do material selecionado (Lima & Miotto, 2007), foi utilizado como instrumento uma ficha de catalogação (Flick, 2004a). Para cada leitura, foi registrado o tópico de estudo - famílias adotantes ou técnica de role-play - a referência no formato da American Psychological Association (APA), data da leitura, palavras-chave do material, principais considerações do texto e notas pessoais do pesquisador.

O referencial de análise utilizado foi a síntese integradora, buscando um diálogo entre os dados encontrados, ressaltando seus contrapontos e concordâncias e discutindo o problema de pesquisa por meio da literatura selecionada (Severino, 2000), a partir das reflexões do pesquisador (Flick, 2004a). Esse resultado advém de cinco etapas de leitura, propostas por Lima e Miotto (2007) a partir da obra

de Salvador (1974): reconhecimento do material, leitura exploratória, levantamento de informações, leitura reflexiva e crítica e leitura interpretativa.

Resultados

Adoção e famílias adotantes

A adoção é definida como a criação de um relacionamento afiliativo que envolve aspectos jurídicos, sociais e afetivos que a diferenciam da filiação biológica (Reppold & Hutz, 2003; Weber, 2001). Para todos os envolvidos, a adoção, mais do que uma ação, ocorre como um processo (Valério & Lyra, 2014). Sendo assim, vai além da nomeação do estatuto de filho, envolvendo também a designação de todos os papéis sociais atribuídos a uma família (Rocha & Freitas, 2011).

Com a promulgação do ECA, em 1990, os cuidados básicos para o desenvolvimento infantil passam a ser uma preocupação do Estado e da sociedade como um todo. Dentre eles, está o direito de o jovem possuir uma convivência familiar (Brasil, 1990). Seguindo a lógica do bem-estar da criança e do adolescente, a lei 12.010 entra em vigor em 2009 sendo considerada a precursora da “nova cultura da adoção”, na qual o foco do trabalho de adoção deve ser o de acolher as crianças nas famílias e não o de preencher famílias com crianças (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007), com a adoção sendo efetivada unicamente quando é garantido que há benefícios para o adotado (Brasil, 2009; Rocha & Freitas, 2011; Oliveira & Schwartz, 2013; Senado Federal, maio 2013). Outra mudança, é que a adoção passa a ser irrevogável (Brasil, 2009).

A partir disso, a adoção torna-se última medida, buscando-se primeiramente orientar, apoiar e promover recursos sociais para a família de origem (Brasil, 2009). Busca-se trabalhar os vínculos familiares e o suporte para a criança ou adolescente (Lauz & Borges, 2013), e privilegiar os laços biológicos (Rocha & Freitas, 2011; Senado Federal, maio 2013).

Caso a família nuclear não tenha condições ou permissão para cuidar da criança ou adolescente, é feito um contato com a família ampliada, ou seja, pessoas que possuam algum grau de parentesco com o indivíduo, como primos, tios, avós, entre outros. Quando, mesmo com esse trabalho, a família não possui as mínimas condições para garantir os direitos básicos da criança ou adolescente, a Justiça da Infância e da Juventude pode intervir com decisão judicial, colocando-os para adoção (Brasil, 2009).

Durante o processo de adoção, as crianças e os adolescentes ficam institucionalizados em abrigos especializados para essa demanda, como medida protetiva aos riscos que estariam passando em sua moradia de origem. Muitas vezes, a casa de acolhimento acaba sendo o referencial desses sujeitos, tornando-se um local determinante em sua qualidade de vida (Lauz & Borges, 2013). No entanto, a permanência na instituição deve ser temporária e, caso se prolongue, pode provocar danos psicológicos importantes (Oliveira & Schwartz, 2013).

Visando garantir que o ato adotivo não viole os direitos do adotado, o processo de adoção vem demandando mais atenção por parte dos profissionais envolvidos, tornando-se mais burocrático e exigente nas qualificações das famílias adotantes, gerando sentimentos de angústia nos envolvidos,

devido à longa espera (Oliveira & Schwartz, 2013). Além disso, as possíveis motivações das famílias adotantes tornam-se um tema de investigação entre os pesquisadores da adoção.

Existiriam dois polos na percepção da sociedade no tocante ao embasamento da prática da adoção. Um deles, está relacionado ao altruísmo, estando associado à caridade e à filantropia. O outro, seria o hedonismo. Este caracteriza a adoção como uma busca por realizar os próprios desejos da família adotante. Tem-se como exemplo a tentativa de suprir um vazio advindo do luto, infertilidade ou dificuldades conjugais (Reppold & Hutz, 2003; Weber, 2001).

Tais polos de motivação estariam embasados em percepções errôneas acerca da adoção, presentes no imaginário social. Tem-se como exemplo o entendimento de que o adotado precisa ser salvo e a associação deste com um “problema”, por poder reproduzir comportamentos inadequados da família de origem ou mesmo possuir uma revolta pelo hipotético passado de abandono (Reppold & Hutz, 2003; Weber, 2001). No entanto, ao serem realizadas pesquisas diretamente com famílias adotantes, não se encontra um consenso sobre as motivações (Reppold & Hutz, 2003).

É importante considerar que as regras sociais também implicam na forma com que se expressam os pensamentos. Desse modo, as construções de certo e errado acerca da adoção prejudicam um entendimento verídico das percepções das famílias adotantes sobre sua própria motivação. Além disso, há os que afirmam que a motivação não interfere na dinâmica estabelecida com o adotado, uma vez que, após sua chegada, a família estará vivenciando um novo momento (Valério & Lyra, 2014).

Ademais, a família adotante pode apresentar uma série de dificuldades que se iniciam ainda quando são candidatos à adoção (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Oliveira & Schwartz, 2013), podendo se estender e transformar após sua efetivação e movimentos da família (Pinto & Picon, 2009; Valério & Lyra, 2014; Vieira, 2006). Entre os sentimentos e dificuldades possíveis, encontram-se a ansiedade ao longo do processo e o receio de não serem aprovados ou capazes de adotar (Andrade et al., 2006; Oliveira & Schwartz, 2013), dificuldade em impor limite e regras no adotado (Pinto & Picon, 2009), questionamentos sobre como e quando revelar a história da criança, caso ela não a conheça (Costa & Campos, 2003; Mello & Dias, 2003; Pinto & Picon, 2009), fantasias em relação à família biológica do adotado e possível reencontro entre eles (Andrade et al., 2006), entre outros.

Terapia cognitivo-comportamental e a técnica de role-play

Os estudos da TCC tiveram início no final dos anos 1960 nos Estados Unidos, chegando ao Brasil no final dos anos 1980 (Rangé, Falcone & Sardinha, 2007). Seu pressuposto principal é de que nossa interpretação de mundo influencia nossas ações. Os esquemas mentais de cada sujeito são interiorizados como verdades absolutas. Quanto mais rígidos e absolutistas, mais sofrimento tendem a provocar, visto que os estímulos que vão contra eles passam a ser distorcidos pelo sujeito. Isso pode ser identificado em uma cascata cognitiva, composta pelas crenças centrais, crenças intermediárias e pensamentos automáticos (Beck, 2013; Knapp & Beck, 2008).

A modificação desse processo é conhecida como reestruturação cognitiva, envolvendo mudança de afeto, comportamento e pensamento. Para atingir a reestruturação, conta-se com o empirismo colaborativo, no qual terapeuta e paciente estão igualmente engajados na mudança (Beck, 2013;

Knapp & Beck, 2008; Knijnik & Kunzler, 2014). Isso exige que os terapeutas sejam bastante ativos, questionadores, desafiadores, exploradores e instrutivos (Hermolin et al., 2000), sendo referência e tendo um otimismo autêntico em relação à possibilidade de mudança (Knapp & Beck, 2008).

Para além disso, acaba sendo uma experiência de aprendizado para o paciente (Silva & Serra, 2004). Na medida em que compreende a influência dos pensamentos nos seus comportamentos e sentimentos, cria autonomia para avaliá-los e, assim, efetivar mudanças em suas formas de perceber e reagir a situações (Hermolin et al., 2000).

Para auxiliar nesse processo, a TCC possui uma variedade de técnicas que visam identificar padrões de pensamento e comportamento, testar a realidade e corrigir conceituações cognitivas distorcidas (Silva & Serra, 2004). Além disso, possuem a função de auxiliar na construção de estratégias de enfrentamento, colaborando com a eficácia da terapia (Knijnik & Kunzler, 2014). As técnicas são um recurso e não o objetivo em si. Para cada pessoa, terapeuta e momento de terapia, as técnicas podem ser mais, menos ou não utilizadas, conforme as necessidades e subjetividade do sujeito acompanhado (Beck, 2013; Dobson & Dobson, 2010; Knapp & Beck, 2008).

Entre as técnicas, está a de *role-play*, descrita na Introdução. Na dramatização, são eliciadas qualificações, afetos, regras, disparidades e outros fatores envolvidos no comportamento dos indivíduos (Minuchin & Fishman, 2003).

Diversas áreas do conhecimento vêm mostrando o potencial das técnicas teatrais em contextos variados. Tem-se como exemplo as artes cênicas que entendem seu trabalho como uma possível forma de promover o diálogo, no qual o trabalho de atuação envolvendo voz, expressão corporal e construção de personagem, mobilizam sentimentos e memórias pessoais. Com isso, abrem espaço para a socialização e sentimento de pertencimento de um determinado grupo. Desse modo, pode-se entender que, mesmo quando não possuem objetivos psicoterápicos, os jogos de dramatização podem ter efeitos terapêuticos (Siewert, 2011).

Os estudos pioneiros do *role-play* ocorreram com Rehm e Marston em 1968. Entre seus objetivos, queriam iniciar uma estratégia comportamental que facilitasse as habilidades sociais (Bellack et al., 1979), sendo esse o foco de parte de suas intervenções atualmente (Laugeson & Park, 2014). O desenvolvimento de atendimento e de comunicação eficaz de médicos (Berkhof, Rijssen, Schellart, Anema & Beek, 2011) e cuidadores (Santos, Sousa, Brasil & Dourado, 2011) e a modelagem de comportamento de indivíduos com diagnóstico de transtorno do espectro autista (Laugeson & Park, 2014) são exemplos do uso da técnica de *role-play* no contexto do treinamento de habilidades sociais.

Além disso, também pode ser um recurso terapêutico no trabalho com indivíduos com depressão (Hermolin et al., 2000), vítimas de abuso sexual (Habigzang et al., 2009) e dependentes químicos (Silva & Serra, 2004). Ademais, pode ser utilizada na terapia individual (Beck, 2013; Knapp & Beck, 2008) e familiar (Dattilio, 2011; Minuchin & Fishman, 2003), sendo que esta última vem ganhando espaço na TCC (Dattilio, 2011). Existe, ainda, uma variação da técnica de *role-play*, conhecida como *role-play* racional-emocional, utilizado quando razão e afeto encontram-se em dissonância. O terapeuta pode fazer o papel da razão e o paciente da emoção, criando um diálogo entre ambas. Depois, os papéis podem ser invertidos, possibilitando que o sujeito contra-argamente em relação a seus próprios

temores. É importante que o profissional use palavras e exemplos que já tenham sido pontuados pelo paciente em outros momentos da terapia (Beck, 2013).

Discussão

Com o ato de adotar cada vez mais burocratizado e focado em quem está adotando (Oliveira & Schwartz, 2013), os que possuem desejo de adotar obrigatoriamente passarão por um processo de avaliação (Brasil, 2009), no qual serão observados aspectos jurídicos e psicossociais (Campos & Costa, 2004; Valério & Lyra, 2014), bem como motivação e habilitação da família adotante (Reppold & Hutz, 2003).

Essa avaliação poderia ser complementada com o uso da técnica de *role-play*. Isto porque a dramatização pode apresentar características do funcionamento familiar que nem sempre são observáveis no discurso dos sujeitos. É comum que apareçam aspectos familiares que os membros podem não querer, não poder ou não saber contar, fazendo com que sejam reveladas transações disfuncionais da família. Além disso, permite que o terapeuta observe modos verbais e não verbais de relacionamento, aproximando-se da realidade vivida na rotina familiar (Minuchin & Fishman, 2003). Desse modo, haveria mais dados no processo de avaliação para averiguar as características da família pretendente à adoção, trabalhando-as se necessário, garantindo os direitos e a proteção da criança e do adolescente (Brasil, 1990; Brasil, 2009; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008).

Por outro lado, estudos evidenciam que o processo de avaliação dos candidatos a adoção é, muitas vezes, longo e ansiogênico para os envolvidos, gerando sentimentos de inadequação, incapacidade e invasão (Andrade et al., 2006; Oliveira & Schwartz, 2013). Além disso, pode gerar questionamentos incessantes sobre como será o adotado e a relação estabelecida entre ele e a nova família (Andrade et al., 2006). Sendo assim, é possível pensar na necessidade de rever esse processo, tornando-o mais humanizado e positivo para os avaliados. Entre outras áreas, a psicologia é uma das que pode auxiliar na avaliação e reestruturação desse tipo de atividade (Lauz & Borges, 2013).

Já que temores e possíveis dificuldades são avaliadas nesse processo, esse momento pode servir como um espaço de reflexão e construção de novos entendimentos sobre o assunto (Valério & Lyra, 2014) com crenças mais funcionais (Beck, 2013) e mudanças produtivas no comportamento (Knijnik & Kunzler, 2014) em relação as que vem sendo apresentadas pelos candidatos à adoção. Dessa forma, se considera a capacidade de mudança e de aprendizagem dos indivíduos (Beck, 2013; Campos & Costa, 2004; Weber, 2001). Para algumas pessoas, essa confiança e possibilidade de mudança já representam um grande suporte e incentivo para a transformação (Beck, 2013).

Sendo assim, mais do que uma avaliação das famílias, o processo da pré-adoção pode ocorrer como uma preparação para o mesmo (Campos & Costa, 2004). A orientação e o acompanhamento das famílias adotantes são previstos pelo ECA (Brasil, 1990; Brasil, 2009). A psicologia teria o papel de auxiliar na promoção de afetividade e assertividade entre os envolvidos no processo de adoção (Dattilio, 2011; Oliveira & Schwartz, 2013).

Um dos recursos para isso é o diálogo entre diferentes sujeitos (Andrade et al., 2006),

compartilhando percepções e significados sobre o assunto (Valério & Lyra, 2014). Para potencializar o diálogo e o compartilhamento, a técnica de *role-play* poderia ser utilizada como uma ferramenta gerando possibilidades de interação (Amichai-Hamburger, Klomek, Friedman & Zuckerman, 2014). Tal pressuposto é compatível com a TCC em grupo, na qual uma das modalidades é a de orientação e treinamento. Esta objetiva desenvolver habilidades diversas nos participantes e vem ganhando destaque devido sua amplitude e ganhos de prevenção e promoção da saúde (Neufeld, 2011).

A técnica de *role-play* já foi utilizada em grupos de adoção com foco preventivo, facilitando o desenvolvimento saudável da família adotiva (Pinto & Picon, 2009). Isso ocorreu por meio da possibilidade de reestruturar crenças disfuncionais em relação à adoção, abrindo espaço para o desenvolvimento de estratégias mais adaptativas para dialogar com os filhos adotivos acerca da revelação da adoção e de dúvidas em relação à família biológica (Rocha & Freitas, 2011).

Participantes verbalizaram a importância de conversar com quem já passou pela experiência de adotar, sendo essa relação entendida como essencial para superar os preconceitos e ansiedades daqueles que pretendem adotar (Andrade et al., 2006). Inclusive, as famílias que já vivenciaram o processo de adoção poderiam realizar dramatizações sobre suas vivências. A chegada do adotado, diálogos que mobilizaram, entre outros momentos marcantes no processo de adoção teriam espaço para serem representados. Isso porque observar outras famílias é útil para mostrar a diferença entre o comportamento assertivo e os comportamentos não assertivos e as possíveis consequências de cada um deles (Dattilio, 2011).

Essa possibilidade mostra-se coerente com os artigos pesquisados, os quais demonstram a associação da técnica de *role-play* com a modelagem (Berkhof et al., 2011; Laugeson & Park, 2014; Silva & Serra, 2004). A modelagem parte do pressuposto de que utilizando-se da observação é possível ter outra pessoa como referência dos comportamentos que se deseja obter, espelhando-se e aprendendo com esse sujeito (Beck, 2013; Silva & Serra, 2004).

Se, ao usar a técnica de *role-play* no processo terapêutico, o profissional serve como referência (Knapp & Beck, 2008), as famílias que já realizaram o processo adotivo assumiriam esse papel de modelo a ser seguido. Não apenas compartilhando suas experiências positivas, mas também colaborando para que se criem estratégias para lidar com situações que tiveram resultados frustrantes ou desadaptativos. Contudo, é importante levar em conta que a condução da dramatização pode ser prejudicada, caso muitos sujeitos estejam envolvidos ao mesmo tempo. (Dattilio, 2011). Recomenda-se propor diferentes momentos de dramatização, criando interações entre os participantes (Silva & Serra, 2004).

Com isso, não apenas os candidatos à adoção podem se beneficiar do processo, mas também os que já a efetivaram (Baptista, Soares & Henriques, 2013). Trocando experiências entre si e entre os pretendentes de adoção, seria possível rever mitos e crenças. Desse modo, os grupos não necessariamente precisariam ser divididos em pré e pós adoção, mas grupos de apoio à adoção como um todo, visto que um suporte contínuo pode ser mais eficaz do que em apenas uma etapa no processo de adoção (Valério & Lyra, 2014).

Até mesmo porque os questionamentos sobre como lidar com a adoção não se encerram junto com o processo da mesma (Andrade et al., 2006; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Pinto & Picon, 2009;

Weber, 2001). Eles persistem (Andrade et al., 2006; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Pinto & Picon, 2009; Weber, 2001), transformando-se ao longo do ciclo vital da família e do entendimento que os membros vão tendo sobre o assunto (Pinto & Picon, 2009; Valério & Lyra, 2014; Vieira, 2006).

A educação, as regras e as referências são importantes para que as crianças e os adolescentes, adotados ou não, tenham um desenvolvimento adequado (Meurer & Menegatti, 2013; Pinto & Picon, 2009). Nesse sentido, uma dificuldade recorrente de pais adotivos é impor limites e privações no adotado, o que pode estar relacionado com o temor de um suposto abandono que o filho já vivenciou (Pinto & Picon, 2009) e de que ele precisa ser protegido de seu passado. Portanto, ao negar vontades e colocar regras, a família adotante pode sentir-se culpada por provocar frustração em um indivíduo que – supõe-se – já vivenciou intenso sofrimento (Reppold & Hutz, 2003; Weber, 2001).

Tais dificuldades podem ser trabalhadas pensando-se e ensaiando formas alternativas de interação entre pais e filhos. Desse modo, o estabelecimento de limites e regras pode ocorrer de forma assertiva e não necessariamente passiva ou agressiva (Dattilio, 2011).

Outro aspecto recorrente é o questionamento acerca da revelação da história da criança (Costa & Campos, 2003; Mello & Dias, 2003; Pinto & Picon, 2009). Embora nem sempre isso seja verbalizado, os adotantes podem vir a ter pensamentos de que a revelação é necessária para a criança. Essa ideia se impõe cada vez mais com o passar do tempo e o crescimento do adotado. Reconhecer a importância da revelação, não torna o momento de fazê-la mais fácil (Andrade et al., 2006). Portanto, a dramatização da revelação da adoção serviria como auxílio para a reflexão das famílias adotantes sobre o assunto (Pinto & Picon, 2009). Com isso, seria possível construir uma forma acolhedora e efetiva de realizá-la. Durante esse trabalho, o momento e a forma de fazê-lo também poderiam ser dramatizados. A preparação desses aspectos poderia gerar sentimentos de segurança e habilitação para a família adotante (Vieira, 2006).

É possível encontrar também um temor – geralmente não revelado – de um reencontro do filho adotivo com sua família biológica. Isso pode gerar a tentativa de esquecer o passado de seus filhos ou mesmo tentativas de reproduzir o modelo biológico (Andrade et al., 2006). Esse fenômeno pode estar atrelado ao fato de que os pais adotantes têm dificuldade de pensar em como agiriam nessa nova relação e de como conversar com os filhos adotivos sobre isso (Mello & Dias, 2003; Pinto & Picon, 2009), podendo existir um sentimento de ameaça em relação às figuras genitoras, com receio de que estas desejem reassumir a criação de seus filhos biológicos (Andrade et al., 2006). Embora os indivíduos adotados não possuam vínculos atuais com as figuras biológicas, estas são importantes em seu processo identificador e, muitas vezes, o jovem sente curiosidade em conhecê-las (Lauz & Borges, 2013). A família adotante deve estar preparada para isso (Lauz & Borges, 2013; Pinto & Picon, 2009).

Já que a técnica de *role-play* também é um recurso que auxilia na identificação de pensamentos automáticos (Beck, 2013), utilizá-la com os pais adotivos, propondo uma situação em que o adotado solicitasse dados sobre sua origem, ou expressasse o desejo de reencontrar a família biológica, poderia auxiliar com que esses descubram quais seus pensamentos e crenças sobre o assunto. Com essas informações, o profissional poderia trabalhar a forma como se sentem, acolhendo suas dificuldades e possíveis ansiedades em relação a tal situação (Andrade et al., 2006).

As intervenções não precisam envolver somente os pais adotivos (Valério & Lyra, 2014). Como

famílias adotantes podem ter também filhos biológicos (Brasil, 1990; Brasil, 2009), outra demanda de trabalho poderia ser o uso da técnica de *role-play* com os irmãos adotivos. Durante a dramatização, poderiam se identificar pensamentos e crenças que o irmão ou irmãos vêm tendo a respeito da adoção. A partir disso, poderia ser realizado um trabalho, visando um maior entendimento sobre o assunto e a construção de um relacionamento assertivo e saudável entre essa pessoa, o adotado, e a família como um todo.

Embora não seja o foco deste trabalho, é importante ressaltar que o jovem adotado também pode ter dúvidas e receios em relação à adoção (Weber, 2001), devendo ser o principal foco de cuidado nesse processo. Quando possível, ele é atendido por equipe multiprofissional, conforme sua fase do ciclo vital e capacidade de entendimento da situação (Brasil, 2009).

Nesse andamento, poderiam ser realizadas dramatizações para que o adotado identifique como está percebendo essa situação e que sentimentos e reações podem vir a ocorrer com o final do processo de adoção. Os profissionais poderão trabalhar tais aspectos, entendendo se essa criança ou adolescente está realmente preparado para a efetivação da adoção e convivência com uma nova família. Isso pode auxiliar no acolhimento de possíveis angústias e sofrimentos, adiando o momento da adoção, se necessário. No caso de a espera continuar, isso também merece ser trabalhado com todos os envolvidos.

Ao considerar o forte vínculo da criança ou adolescente com a instituição em que está abrigado, com os funcionários e com outros moradores da mesma (Lauz & Borges, 2013), outra demanda de trabalho poderia ser o momento da despedida desse local. Com o auxílio da técnica de *role-play*, poderia se identificar possíveis sentimentos e pensamentos do adotado nesse momento, possibilitando prepará-lo para que vivencie isso da forma mais adaptativa e saudável possível, valorizando e compreendendo esse momento.

Além disso, assim como a família adotante, o adotado também poderá ter receios e curiosidades sobre sua origem biológica e sobre os motivos que levaram seus pais adotivos a iniciarem o processo de adoção (Lauz & Borges, 2013). Poderia se pensar em um trabalho de como abordar tais assuntos com a família adotiva de forma que o adotado se sinta preparado e à vontade para tal.

As famílias adotantes que não conseguissem lidar com suas demandas utilizando-se das formas de intervenção descritas, poderiam receber um acompanhamento particularizado por meio da terapia familiar. Essa modalidade de atendimento tem trazido resultados positivos para os diferentes membros da família, possibilitando movimentos de papéis e formas mais adaptativas de funcionamento (Dattilio, 2011; Minuchin & Fishman, 2003).

A técnica de *role-play* encontra-se entre as ferramentas utilizadas no processo de terapia familiar (Dattilio, 2011; Minuchin & Fishman, 2003). Uma possibilidade nesse contexto é a inversão de papéis. Seu uso permite eliciar aspectos da família e percepções errôneas entre seus membros, sugerindo modos alternativos de interação e incentivando a capacidade de se colocar no lugar do outro (Amichai-Hamburger et al., 2014; Dattilio, 2011; Minuchin & Fishman, 2003). Além disso, traz alívio aos sintomas da família, pelo uso de humor (Dattilio, 2011), estimulando a criatividade (Silva & Serra, 2004).

Outra opção é a terapia individual (Beck, 2013). É possível que os comportamentos disfuncionais de um determinado membro da família não estejam diretamente relacionados à adoção, mas sim que

esta situação esteja acionando outras crenças disfuncionais do sujeito, desenvolvidas em outros momentos e particularidades de sua vida.

Os exemplos de intervenção vão ao encontro da ideia de que é necessário o desenvolvimento de estratégias e contingências adaptativas no ambiente familiar. Tais intervenções podem favorecer a aprendizagem de novos comportamentos saudáveis e o fortalecimento daqueles já existentes, tornando a família adotante mais preparada para suas futuras vivências (Rocha & Freitas, 2011). Cabe pontuar que mesmo indivíduos com estilos parentais considerados adequados, podem se beneficiar de serviços pré e pós-adoção (Baptista et al., 2013).

Sendo assim, a técnica de *role-play* possivelmente é um dos recursos para auxiliar nesse processo de aprendizagem, dada sua natureza de aprender e praticar (Amichai-Hamburger et al., 2014). Quando o sujeito compreende quais são seus esquemas desadaptativos, em que situações ocorrem, e quais são suas consequências cognitivas e comportamentais, é possível que identifique, também, formas mais adequadas de lidar com eles (Knapp & Beck, 2008). Também se relaciona com o processo de aprendizagem e autonomia que a TCC objetiva fomentar (Silva & Serra, 2004). É por esse motivo que, não apenas nessa técnica, mas em outras, há o incentivo para que as aprendizagens obtidas sejam repetidas em situações reais (Amichai-Hamburger et al., 2014; Knapp & Beck, 2008).

O caráter de aprendizado da dramatização é reforçado pelo fato de que nos materiais pesquisados, a técnica da psicoeducação, muitas vezes, é utilizada juntamente com a de *role-play* (Habigzang et al., 2009; Laugeson & Park, 2014) apoiando-se em recursos informativos como palestras e textos, material didático e ensinamento de técnicas e estratégias adaptativas (Hermolin et al., 2000; Santos et al., 2011).

A psicoeducação consiste em informar, trazer dados da realidade e discuti-los com o paciente, sendo o profissional fonte de informação confiável, explicitando o necessário, normalizando algumas questões e deixando o sujeito atento a outras (Beck, 2013). Essa técnica também é um reflexo da relação aberta e do empirismo colaborativo e da promoção de autonomia do paciente, visadas na TCC (Beck, 2013; Hermolin et al., 2000).

É importante ressaltar que outras técnicas também podem ser utilizadas em conjunto com a de *role-play*. A escolha de qual delas é flexível e dependerá das necessidades dos indivíduos e seu vínculo com o profissional, bem como do momento do processo em que se encontram. Tais combinações tem o objetivo de potencializar os resultados terapêuticos (Dobson & Dobson, 2010; Knapp & Beck, 2008).

As influências sociais e mitos acerca da adoção, reproduzidos por profissionais de diferentes áreas, auxiliam na existência de crenças disfuncionais por parte da sociedade a respeito desse tópico (Weber, 2001). Talvez por isso muitas das queixas das famílias adotantes acerca do processo de adoção se referem à forma com que o processo é conduzido pelo corpo técnico de profissionais, sentido como inflexível, dogmático, preconceituoso e estereotipado em relação aos avaliados (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008). Como explicitado, esse momento poderia ser readaptado para um espaço de ponderação, acompanhamento e mudança, quando necessário (Campos & Costa, 2004).

Para que esse trabalho seja mais efetivo, acolhedor e imparcial, a técnica de *role-play* poderia ser utilizada também com o corpo técnico que realiza a avaliação das famílias adotantes. Ela poderia trazer benefícios, na medida em que a entendemos como auxiliar de aprendizagem e mudança de

comportamento, conforme descrito.

Durante as dramatizações poderiam ser trabalhadas questões de como lidar com as expectativas e sentimentos negativos que podem perpassar os profissionais (Campos & Costa, 2004) e evitar que suas crenças de família ideal influenciem o processo (Lauz & Borges, 2013). O uso da técnica de *role-play* nesse âmbito corrobora a ideia de aprendizagem descrita nas fontes pesquisadas. Além disso, na medida em que os profissionais percebam e atuem de forma adequada com o processo de adoção, poderão estar influenciando positivamente, na sociedade, novas perspectivas de entendimento da mesma (Weber, 2001).

Em todas as situações apresentadas é necessária uma discussão após o uso da técnica de *role-play*. Nesse momento, devem ser trabalhados pensamentos e sentimentos que surgiram ao longo da dramatização. Esse trabalho é necessário para que não se utilize a “técnica pela técnica”, pois isso iria contra os preceitos da TCC (Dobson & Dobson, 2010).

Apesar de existirem possíveis ganhos com o uso da técnica de *role-play*, é preciso estar atento para possíveis contratempos em seu uso. O psicólogo deve ter experiência e um bom vínculo terapêutico ao usar essa técnica. Quando houver intervenções do profissional em relação à cena, estas devem estar relacionadas às necessidades percebidas, buscando promover autoconhecimento (Beck, 2013; Minuchin & Fishman, 2003).

Também é preciso ser cuidadoso para que a história interpretada siga sua própria sequência seletiva, o que pode ser difícil de permitir. Para que sejam obtidos resultados favoráveis, o terapeuta deve ser ativo, confortável, participante e ciente de que irá mobilizar os sujeitos, estando preparado para lidar com as questões que possam surgir. Isso porque as respostas que as cenas podem despertar são imprevisíveis (Minuchin & Fishman, 2003). Por isso, é necessário levar em conta o preparo do terapeuta, o vínculo entre os envolvidos, o ambiente adequado, condução ética, respeitando as demandas do sujeito e levando em conta se ele se sente confortável para tal aplicação.

Independente da técnica que está sendo utilizada, o cuidado com os sentimentos e crenças despertados com o trabalho da psicologia deve estar em vista do profissional a todo momento. Caso contrário, podem acabar acionando maiores ansiedades, sofrimento e prejuízos para todos os envolvidos (Dobson & Dobson, 2010).

Considerações finais

A TCC vem demonstrando eficácia como proposta terapêutica e ganhando espaço em diferentes contextos (Knapp & Beck, 2008). Além disso, apresenta uma diversidade de possibilidades para a utilização de suas técnicas (Dobson & Dobson, 2010), entre elas, a de *role-play*.

No decorrer da elaboração da pesquisa, constatou-se dificuldade para encontrar publicações brasileiras que trouxessem informações sobre a técnica de *role-play* nas bases de dados pesquisadas. Quando encontradas, o uso da técnica não era o tema principal do material. Por esse motivo, foi necessário recorrer a publicações em língua inglesa. Isso mostra a importância da pesquisa realizada, podendo elucidar as aplicações da técnica de *role-play* em contextos brasileiro, bem como possíveis combinações com outras técnicas.

As articulações realizadas no texto expressam a possibilidade do uso da técnica de *role-play* no atendimento às famílias adotantes. Primeiramente, como uma ferramenta, auxiliando a avaliação dos candidatos à adoção. Posteriormente, pode ser uma técnica utilizada no trabalho de preparação dos mesmos, trabalhando crenças e possíveis comportamentos disfuncionais em relação ao processo. Não apenas com os pais adotivos, mas com todas as pessoas que estão envolvidas no processo de adoção, como os irmãos adotivos e o próprio adotado.

Buscando auxiliar na construção de estratégias adaptativas para lidar com as demandas que as famílias adotantes podem apresentar, sugere-se criar grupos de reflexão com sujeitos que se encontram no processo de adoção, juntamente com famílias que já a efetivaram. Com isso, pode-se buscar a troca de informações entre os participantes e o acompanhamento de famílias adotantes ao longo do seu ciclo vital, já que poderão apresentar novas demandas com o passar do tempo.

Soma-se a isso, a possibilidade de utilizar a técnica de *role-play* com os profissionais que atuam de alguma forma com aspectos relacionados à adoção. Escutar estes indivíduos abre espaço para novas reflexões em relação a sua atuação (Arpini et al., 2016). Assim, seria possível trabalhar as crenças desses sujeitos sobre adoção e famílias adotantes, visando que seu trabalho ocorra da forma mais efetiva e humanizada possível.

A utilização da técnica de *role-play* parece estar associada à transmissão de informações e à observação de modelos mais adaptativos de funcionamento. Tal dado é um aspecto importante ao considerar a aplicação da técnica no contexto investigado. Sendo assim, alguns pontos de discussão permanecem em aberto, podendo ser abordados em estudos futuros com pesquisas de campo. Isso possibilitaria visualizar que adaptações são necessárias e qual seu alcance em termos técnicos. Até mesmo porque os efeitos dessa intervenção podem gerar novas demandas de trabalho.

Ainda é possível pensar em outras formas de contribuição da psicologia em relação às famílias adotantes, visto que fica clara as demandas existentes nesse contexto. Rever e reavaliar o que vem sendo feito, sugerindo alternativas de intervenção é necessário pois, conforme exposto, na medida em que a sociedade e suas percepções se transformam, as necessidades dos sujeitos, em termos de demanda para a psicologia, também se modificam.

É importante ressaltar que o uso da técnica, e processo de atendimento de modo geral, também podem ser considerados como recursos no trabalho de orientação e treinamento das famílias biológicas (Neufeld, 2011). Estes podem ser fundamentais e necessários, visto que, mesmo após o acolhimento institucional da criança ou adolescente, existe possibilidade de reinserção na família de origem (Líbio & Zacharias, 2017).

Cabe salientar, também, a importância do tema no que se refere à terapia familiar, uma vez que investigar estratégias psicoterápicas pode fortalecer esse modelo de atendimento. Ademais, tal abordagem também merece atenção científica, pois pode ser uma forma eficaz de atendimento no que se refere às demandas familiares da adoção. Compreender suas possibilidades e limitações, auxilia na condução adequada do psicólogo cognitivo-comportamental.

Referências

- Amichai-Hamburger, Y. A.; Klomek, A. B.; Friedman, D. & Zuckerman, D. F. (2014). The future of online therapy. *Computers in Human Behavior*, 41, 288-294. DOI: 10.1016/j.chb.2014.09.016
- Andrade, R. P.; Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: Um estudo de caso. *Paidéia*, 16(34), 241-252.
- Arpini, D.M.; Cúnico, S.D. & Alves, A.P. (2016). Paternidade: O ponto de vista de profissionais que atuam em varas de família. *Pensando Famílias*, 20(1), 29-42.
- Baptista, J.; Soares, I. & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a adoção: Características da criança e da família adotiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(2), 396-404.
- Beck, J. S. (2013). *Terapia cognitivo-comportamental: Teoria e prática* (S. M. Rosa, Trad.) Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2011)
- Bellack, A. S.; Hersen, M. & Lamparski, D. (1979). Role-play tests for assessing social skills: Are they valid? Are they useful? *Consulting and Clinical Psychology*, 2, 335-342.
- Berkhof, M.; Rijssen, H. J. V.; Schellart, A. J. M.; Anema, J. R. & Beek, A. J. V. D. (2011). Effective training strategies for teaching communication skills to physicians: An overview of systematic reviews. *Patient Education and Counseling*, 84, 152-162. DOI: 10.1016/j.pec.2010.06.010
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Acesso em 10 de maio, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm
- Brasil. (2009). *Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009 - Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Acesso em 26 de março, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm
- Bueno, R.K., Vieira, M.L. & Crepaldi, M.A. (2016). Paternidade no contexto da adoção. *Pensando Famílias*, 20(1), 57-67.
- Campos, N. V. V. & Costa, L. F. (2004). A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 95-104.
- Conselho Nacional de Justiça. (2013). *Encontros e desencontros de adoção no Brasil: Uma análise do Cadastro Nacional de Justiça*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça. Acesso em 25 de março, 2015, de https://www.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/pesquisas/AnaliseCadastroNacionalAdocao_CNJ.pdf
- Costa, L. F. & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: Vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 221-230.
- Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.

- Dattilio, F. M. (2011). Técnicas cognitivo-comportamentais. In F. M. Dattilio. *Manual de terapia cognitivo-comportamental para casais e famílias* (pp. 140-195; M. F. Lopes, Trad). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2009)
- Dobson, D. & Dobson, K. S. (2010). *A terapia cognitivo-comportamental baseada em evidências* (V. D. Figueira, Trad.) Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2009)
- Flick, U. (2004a). Codificação e categorização. In U. Flick. *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (pp. 188-207; S. Netz, Trad). Porto Alegre: Bookman. (Trabalho original publicado em 2002)
- Flick, U. (2004b). Posturas teóricas. In U. Flick. *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (pp. 33-44; S. Netz, Trad). Porto Alegre: Bookman. (Trabalho original publicado em 2002)
- Habigzang, L. F; Stroehrer, F. H; Hatzenberger, R; Cunha, R. C; Ramos, M. S. & Koller, S. H. (2009). Grupoterapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Saúde Pública*, 43(1), 70-78.
- Hermolin, M. K; Rangé, B. P & Porto, P. R. (2000). Uma proposta de tratamento em grupo para a depressão. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental*, 2(2), 171-179.
- Knapp, P. & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(2), 54-64. DOI: 10.1590/S1516-44462008000600002
- Knijnik, D. Z. & Kunzler, L. S. (2014). Psicoeducação e reestruturação cognitiva. In Melo, W. V. *Estratégias psicoterápicas e a terceira onda em terapia cognitiva*. (pp. 24-56). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Laugeson, E. A. & Park, M. N. (2014). Using a CBT approach to teach social skills to adolescents with autism spectrum disorder and other social challenges: The PEERS method. *Rational-Emotional Cognitive-Behavior Therapy*, 32, 84-97.
- Lauz, G. V. M. & Borges, J. L. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 852-867. DOI: 10.1590/S1414-98932013000400007
- Líbio, L. & Zacharias, D.G. (2017). Voltando pra casa: A experiência do acolhimento institucional e os impactos na Família. *Pensando Famílias*, 21(2), 118-133.
- Lima, T. C. & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: A pesquisa bibliográfica. *Katálisis*, 10(num. esp.), 37-45.
- Mariano, F. N. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.
- Mello, I. S. P. Z. & Dias, C. M. S. (2003). Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21(3), 76-83. DOI: 10.1590/S1414-98932003000100011
- Meurer, P. H. & Menegatti, C. L. (2013). Estudo de caso sobre problemas de comportamento de uma criança inserida em uma família não tradicional. *Interação em Psicologia*, 17(1), 59-65.
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (2003). Dramatização. In S. Minuchin & H. C. Fishman. *Técnicas de terapia familiar*. (pp. 84-101; C. Kinsch & M. E. F. R. Maia, Trad.) Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1990)

- Neufeld, C. B. (2011). Intervenções em grupos na abordagem cognitivo-comportamental. In B. P. Rangé. *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria*. (pp. 737-750). São Paulo: Artmed.
- Oliveira, D. S. & Schwartz, R. D. (2013). The new adoption law: Legal and psychological aspects. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(3), 445-453.
- Pinto, M. C. N. & Picon, P. (2009). Adoção: Proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 5(1), 3-17.
- Rangé, B. P.; Falcone, E. M. O. & Sardinha, A. (2007). História e panorama atual das terapias cognitivas no Brasil. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 3(3), 0-0.
- Reppold, C. T. & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: Características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(1), 25-36.
- Rocha, M. M. & Freitas, M. G. (2011). Intervenção para pais adotivos na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 13(2), 33-45.
- Salvador, A. D. (1974). *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina.
- Santos, R. L.; Sousa, M. F. B.; Brasil, D. & Dourado, M. (2011). Intervenções de grupo para sobrecarga de cuidadores de pacientes com demência: Uma revisão sistemática. *Revista Psiquiatria Clínica*, 38(4), 161-167.
- Senado Federal. (maio 2013). *Adoção: Mudar um destino*. Secretaria Especial de Comunicação Social. Brasília, DF: Senado Federal. Acesso em 26 de março, 2015, de http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201302%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2013_internet.pdf
- Severino, A. J. (2000). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- Siewert, C. S. (2011). Teatro *playback*: As histórias que as histórias contam. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 17(2), 37-45.
- Silva, C. J. & Serra, A. M. (2004). Terapia cognitiva e cognitivo comportamental em dependência química. *Revista Brasileira Psiquiátrica*, 26, 33-39.
- Valério, T. A. M. & Lyra, M. C. D. P. (2014). A construção cultural de significados sobre adoção: Um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 716-725. DOI: 10.1590/S0102-71822014000300020
- Viera, J. M. (2006). Era uma vez...esta pode ser a sua história. *Cadernos Pagu*, 26, 59-85.
- Weber, L. N. D. (2001). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá.

Endereço para correspondência

fiuzawm@gmail.com

Enviado em 11/08/2017

1ª revisão em 18/05/2018

Aceito em 31/10/2018